

POLÍTICA E SOCIABILIDADES NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Nashla Dahás Gomoziás¹

Resumo: Propomos analisar a formação de um “consenso democrático” que incluiu forças até então ligadas à ditadura, grupos civis de direita que apoiaram o golpe de 1964 e sustentaram o regime, mas também centristas e parte das esquerdas de vários matizes durante os anos de 1970 no Brasil. A hipótese é a de que assim se iniciou um exercício de reconstrução da memória responsável pela consagração do termo “ditadura militar” para lidar com o período iniciado em 1964, assim como os “anos de chumbo” referentes à vigência do Ato Institucional Nº5 (AI-5). Termos fundamentalmente contrastantes e dicotômicos em relação aos interesses democráticos que a partir de então vão figurar como parte da memória desses grupos. Consideramos que essa narrativa ajudou a viabilizar um processo de transição institucional pacífico cujo acontecimento mais emblemático é a Anistia de 1979. Essas memórias, construídas com participação fundamental de grandes beneficiários da ditadura, contribuíram para a produção de uma perspectiva histórica binária que, no campo das subjetividades, tem alimentado dicotomias baseadas na ruptura ditadura-democracia, assim como militares-civis, cidadãos trabalhadores e vagabundos, autoritarismo e pacificação.

Palavras-chave: Ditadura militar de 1964. Redemocratização no Brasil. Anistia de 1979. Memória política.

Este artigo é parte de minha proposta de pesquisa de pós-doutoramento acolhida pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em agosto deste ano e, atualmente, em fase de reformulação. O que segue são conjuntos de ideias a respeito da história e da memória da ditadura militar inaugurada em 1964, que partem do seguinte problema: estão em curso e em pleno vigor, na democracia brasileira pós-ditadura, mecanismos e processos de subjetivação que articulam Estado, movimentos sociais e narrativas históricas\historiográficas, que remetem ao último período autoritário e que o fazem a partir da incorporação e-ou (re)apropriação daquelas lutas, léxicos e agentes. Esperamos que o diálogo aberto por este Simpósio possa nos ajudar no esforço de

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a supervisão da professora Mariana Joffily. Bolsista do Programa Nacional de Pós Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD-CAPES) nashladahas@hotmail.com

delimitação, compreensão e análise das inquietações que atravessam especialmente o período da transição para democracia e o acontecimento da promulgação da lei de Anistia em 1979.

Ressaltamos, portanto, o caráter inicial de nossa pesquisa, mas também a oportunidade de fazer circular nossas questões e construir, a partir da pluralidade de visões que encontramos como este permitem, nosso objeto e decisões relativas às fontes.

Nossa proposta inicial é mapear e analisar as memórias das esquerdas dos anos de 1970 no Brasil, a partir das diversas formas de apropriação, incorporação e usos em diferentes campos de elaboração de narrativas e subjetividades ao longo desses quase 50 anos. Tanto no campo do Estado e suas políticas públicas, quanto no dos movimentos sociais - em suas formas de reconstruir e lidar com as memórias de conflito do passado recente-, buscaremos compreender especialmente a presença e o sentido das múltiplas estratégias de resistência.

Já é volumosa e consolidada bibliografia que aponta a importância da década de 1970 e da oposição de esquerda ao autoritarismo político, para a gênese de movimentos sociais identitários no Brasil, e para as formas de ação política que caracterizam os movimentos sociais após a redemocratização. Acreditamos poder colaborar com este debate mapeando os cenários de enunciação, os sujeitos envolvidos e as formas como tem se dado os conflitos, as disputas e instrumentalizações dessas memórias desde o início da chamada abertura ou distensão democrática, por volta de 1974 e, mais especificamente, durante o período de mobilização social e lutas pelo sentido da anistia.

Partimos da hipótese de que as relações entre subjetividade, Estado e esquerdas constituem hoje um campo fundamental para a revisão e produção de narrativas, conceitos e categorias políticas a respeito do funcionamento dos mecanismos coercitivos e dispositivos de normatividade subjetiva como pontos de interseção entre os anos de autoritarismo e as décadas pós-redemocratização.

APRESENTAÇÃO

Pode-se dizer que o nosso tempo nasceu simbolicamente nos anos de 1970. Década marcada pela irrupção de golpes militares apoiados por setores da sociedade civil, e pela implantação das ditaduras latino-americanas, incluindo a experimentação neoliberal no Chile Pinochetista. Tempo em que a guerra fria e as bombas atômicas, como desafio à construção de projetos alternativos de futuro, davam o tom do debate político. Momento de emergência-

repressão de questões culturais não universalistas como sintomas de conflitos sócio-políticos enraizados, menos facilmente enquadrados pela retórica civil-militar anti-subversiva que sustentava os regimes autoritários nos Trópicos.

No Brasil, três fenômenos históricos se combinam e destacam nesse período. O primeiro deles é o extermínio da radicalidade de esquerda do campo das possibilidades de ação política. Desde o começo da década de 1960, alimentados pelo imaginário criado pela Revolução Cubana, jovens secundaristas e universitários - aos quais se somaram muitos dissidentes do PCB após o golpe de 64 -, discutiram intensamente a ideia da Revolução Socialista na América Latina e a alternativa da luta armada para a tomada do Estado. Insistiram na abertura de um campo de ação política à esquerda da esquerda existente produzindo interpretações nacionais, regionais e críticas contundentes às democracias de seu tempo. Após 1968 e o endurecimento legalizado da repressão, alguns grupos partiram para a prática da guerra de guerrilha. Como afirma Daniel Aarão Reis (2015), no horizonte de expectativas dessas organizações não estava a restauração de um regime democrático, sempre criticado como formal e burguês, mas a luta de classes, a tomada do poder, e a revolução socialista. Em 1974, após a violenta repressão da tentativa de guerrilha ao longo do rio Araguaia, na região Amazônica, a polícia política já havia trucidado todos os organismos revolucionários dispostos à luta armada.

A tentativa brasileira de reconciliar os grupos sociais após duas décadas de ditadura militar, em uma esfera legal e normatizada se ergueu sobre uma estrutura discursiva de condenação do *radical*, à direita ou à esquerda, e mais à esquerda do que à direita, como uma versão brasileira para a “teoria dos dois demônios”, tal como a descreve Marina Franco (2005) para o caso argentino de transição ditadura-democracia. Pensar essa memória do radical operada durante o processo transicional a partir de mecanismos coercitivos e produtores de subjetividade ainda atuantes na política brasileira contemporânea é um dos objetivos deste projeto. Buscaremos compreender como essas percepções e memórias foram reelaboradas na democracia, e como interferem na criação de ações políticas do tempo presente.

Maria Paula Araújo (2000) acompanha ampla bibliografia no sentido de afirmar um progressivo desgaste da ditadura a partir da segunda metade dos anos de 1970. Um dos indicadores desse processo foram as eleições de 1974, que consagraram o crescimento do único partido legal de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Este foi o cenário em que se desenrolou o segundo fenômeno que propomos analisar. Trata-se da formação de um “consenso democrático” que incluiu forças até então ligadas à ditadura, grupos civis de direita que apoiaram o golpe e sustentaram o regime, mas também centristas e grande parte das esquerdas de vários matizes. À hipótese já colocada por Daniel Aarão Reis (2004) de que assim se iniciou um exercício de reconstrução da memória responsável pela consagração do termo “ditadura militar” para lidar com o período iniciado em 1964, assim como os “anos de chumbo” referentes à vigência do Ato Institucional Nº5 (AI-5), somamos algumas questões. Consideramos possível afirmar que tais termos fundamentalmente contrastantes e dicotômicos em relação aos interesses democráticos não apenas vão figurar como parte da história e da memória daqueles grupos, como essa narrativa ajudou a viabilizar um processo de transição institucional pacífico cujo acontecimento mais emblemático é a Anistia de 1979. Acreditamos que essas *memórias de consenso* construídas no seio desses movimentos, com participação fundamental de grandes beneficiários da ditadura, contribuíram para a produção de uma perspectiva histórica binária que, no campo das subjetividades, tem alimentado dicotomias baseadas na ruptura ditadura-democracia, assim como militares-civis, cidadãos trabalhadores e vagabundos, autoritarismo e pacificação.

De acordo com o filósofo Edson Teles (2015), após 15 anos de regime ditatorial, os militares concederam a Anistia sob as pressões da opinião pública, e o Legislativo aceitou a proposta do governo, ainda que parte dos presos e perseguidos políticos não tenha sido beneficiada². Sob a decisão de anistiar os crimes “conexos” aos crimes políticos, consideraram-se anistiados também os agentes da repressão. Segundo o autor, esse foi o caminho pelo qual a transição para a democracia se estabeleceu a partir da passagem de uma visão de política como enfrentamento e violência, para um *modelo de consenso*, acordado em negociações entre os representantes políticos, e com profundas implicações para as memórias plurais da ditadura.

Ainda que o filósofo tenha identificado e apontado criticamente a existência dessa reconstrução narrativa, não se observa na historiografia brasileira um levantamento e uma análise mais profundas da questão que leve em consideração os agentes envolvidos. É farta a construção e reconstrução das memórias da ditadura e da transição marcadas por um viés de polarização. Por um lado, é possível acessar as versões militares para o período histórico, a

² A lei de Anistia publicada em 28 de agosto de 1979 pode ser encontrada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm

exemplo dos trabalhos realizados por Maria Celina D'Araújo, como *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura* (1995), entre outros organizados pela autora em parceria com Celso Castro e Glaucio Ary D. Soares. De outra parte, são também acessíveis obras históricas e-ou memorialísticas a respeito dos movimentos sociais, incluindo militantes de diversas organizações e familiares de presos e desaparecidos políticos, como *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares* (2003), de João Roberto Martins Filho, e “Memórias dos cárceres da ditadura: testemunhos e lutas dos presos políticos no Brasil”, de Janaína Teles (2011), entre outros. Nossa proposta é, portanto, investigar as ambiguidades e tensões, assim como as transformações subjetivas que permitem pensarmos em *memórias de consenso*, fundamentais no processo de reconstrução da democracia no Brasil.

Contudo, o caráter agonístico da política dos anos de 1970 tem ainda como uma de suas bases, no Brasil, a gestação de grupos e projetos feministas e de minorias. Embora a maior parte desses movimentos tenha surgido em períodos anteriores, a bibliografia indica que foi na luta contra a ditadura militar e o autoritarismo que eles encontraram um motor de crescimento político. De acordo com Cynthia Sarti (1998), é exatamente neste período que encontramos as origens da experiência brasileira feminista atual, marcadas profundamente pela preocupação com as estruturas de classe, como resultado de uma articulação histórica do feminismo no país.

Acreditamos que parte da riqueza desses movimentos como experiência política, institucionalizada ou não a partir de 1975, está em sua capacidade de inovação, em termos de perspectivas críticas, construção de narrativas, e estratégias políticas, sociais e subjetivas de luta. São múltiplas as suas relações fundantes. Entre elas existe a relação com o autoritarismo estatal e, em muitos casos, com sua face mais diretamente violenta: o terrorismo de Estado legalizado. Mas também com uma cultura autoritária e repressiva disseminada entre a sociedade, e, ainda, no interior dos movimentos esquerdistas, ambas marcadas por construções e preconceitos de gênero.

Diante dessas circunstâncias, temos por hipótese que o caminho histórico percorrido por diversos movimentos feministas e de minorias permitiram experimentações políticas plurais e polifônicas, discordantes e dissonantes, portanto, conflituosas, exatamente no momento em que se forjava um amplo consenso democrático no Brasil.

Ainda segundo o filósofo Edson Teles (2016), há uma especificidade histórica que atinge as mulheres torturadas e-ou perseguidas pela ditadura militar: são as narrativas do corpo. Marcadas por torturas e sofrimentos orientados pelo seu sexo, as narrativas do corpo feminino escapam à temporalidade dos discursos que vão se tornando hegemônicos, pacificados ou reconciliados. No caso delas, essas narrativas acabam por não fazer sentido, ou simplesmente não dão conta do presente, produzindo a sensação de continuidade do conflito. De acordo com o autor, a ruptura pela via da narrativa da transição democrática institui esse conflito a partir de memórias binárias (ditadura-democracia), que camuflam exatamente a permanência das estratégias e tecnologias autoritárias de controle e governo dos corpos.

Nesse sentido, nosso objetivo é compreender a dimensão fundamentalmente identitária da política contemporânea a partir de sua relação com as violências da ditadura que escaparam a contingência dos acordos transicionais.

Anistia e o presente amplo

Parece fundamental ao debate apresentado que nos aprofundemos no contexto e no estudo do próprio acontecimento histórico que consistiu na Lei de Anistia de 1979. Trata-se de *nó* entre o tempo presente e a democracia que o caracteriza, e a ditadura de 1964 com toda a sua carga simbólica, institucional e prática de autoritarismos legitimados. Em grande medida, isto ocorre porque desde meados dos anos de 1970, a cena pública, o vocabulário político e a agenda dos sucessivos governos estiveram marcadas pela ação dos resistentes da ditadura e seus familiares. Essa presença incômoda produziu, no campo historiográfico, o problema da necessidade de análise de uma história inconclusa e conflituosa, porque transicional, e de memórias em constante disputa, porque nascidas do ato de exceção cuja astúcia residiu exatamente em sua capacidade de confundir sujeitos e objetos, vítimas e algozes de ontem e de hoje. Como afirma o ex-presidente da Comissão de Anistia do Brasil, entre 2007 e 2016, Paulo Abrão (2009), a complexidade da lei de anistia brasileira está no fato de que ela representou ao mesmo tempo uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que reivindicavam “anistia geral e irrestrita”, e que viram a anistia como resultado, ainda que imperfeito, dessa luta; e, por outro lado, uma vitória dos militares e da classe dirigente em tempos de autoritarismo, que aprovou uma anistia limitada e impediu a apuração imediata e futura das responsabilidades e dos crimes cometidos pela ditadura.

A lei 6.683 aprovada em 1979 dispôs sobre a memória dos mortos e a vida de seus familiares, sobre os desaparecidos e aqueles que continuariam buscando o paradeiro de seus

corpos, sobre a institucionalidade do terrorismo de Estado, seus exilados e presos políticos. Assim, dada a natureza dos elementos que constituem a questão da anistia para a história da ditadura, da transição e da democracia brasileira, não é de surpreender que ela seja, hoje, capítulo em aberto, para muito além de um “entulho” autoritário.

Contudo, os estudos sobre a anistia contam com publicações historiográficas muito recentes, que, em geral, começaram a ser produzidas por volta dos anos de 2008 e 2009, especialmente a partir do Seminário Internacional *A luta pela anistia: 30 anos*, realizado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Dessa forma, nos parece importante observar o caminho percorrido por esses trabalhos à luz de seus desdobramentos políticos. Assim, talvez, possamos compreender melhor, tanto a complexidade daquele contexto, quanto os redimensionamentos de sua problemática no presente, tanto no campo do Estado e suas políticas públicas, quanto na esfera dos movimentos sociais, de Direitos Humanos, entre outros.

PENSANDO POSSIBILIDADES TEÓRICAS

Em primeiro lugar, para lidar com as questões acima apresentadas, seguimos o viés renovado da história política (REMOND, 1996), que implica uma análise dos confrontos políticos a partir da incorporação da importância das ideologias, suas representações e léxicos de identificação, assim como as culturas políticas em disputa com seus elementos de agregação social e leituras compartilhadas do passado e do futuro. Serge Bernstein (1998) e Eliana Dutra (2003) ressaltam a importância da incorporação do conceito de cultura política aos estudos históricos e convergem no sentido de que as culturas políticas se inscrevem no quadro das normas e dos valores que constituem a representação que um indivíduo, um grupo, ou uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e do seu futuro. Além disso, reforçam que num mesmo momento histórico podem existir culturas políticas plurais, referidas às raízes filosóficas ou históricas diferentes, tendo concepções opostas de poder, visando projetos opostos de sociedade e com valores antagônicos.

Especificamente em relação ao estudo histórico do tempo presente, atentamos aos riscos dos reducionismos ou anacronismos. Sobre este tema, Beatriz Sarlo (2007) traz contribuições importantes a partir de sua análise do processo contemporâneo ocidental de guinada para a memória. A autora lembra que ao fim das ditaduras no cone sul, o ato de

relembrar fez parte de um processo de restauração dos laços sociais no qual as vítimas e seus representantes se tornaram protagonistas. Estes testemunhos dificilmente seriam submetidos ao crivo da análise crítica e, em diversos momentos e países, o núcleo de sua verdade tornou-se inquestionável. A proposta que o trabalho de Beatriz Sarlo traz para estas dificuldades que envolvem o estudo das memórias retorna e aprofunda a questão da identificação e distinção entre o presente que se narra e o passado que se rememora, enfatizando as marcas da coesão e do esquecimento nas representações do passado. Para a autora, é importante que o historiador consiga perceber nos discursos da memória e nas narrações em primeira pessoa as articulações contra o esquecimento, assim como a luta por um significado que unifique a interpretação.

Este é um ponto crucial para o bom andamento da pesquisa que pretendemos realizar, uma vez que muitas das questões colocadas à época dos golpes de Estado na América Latina permanecem enraizadas nas sociedades, muitos dos atores decisivos naqueles acontecimentos permanecem no cenário político e formulações teóricas daquele momento encontraram caminhos de perpetuação seja no campo político ou no meio acadêmico. Além disso, o cenário político atual apresenta uma tendência marcante, tanto em âmbito internacional, quanto doméstico, para discutir as relações entre memória, justiça e direitos humanos, especialmente, no que diz respeito às necessidades normativas e simbólicas nestes campos. Isso tem se traduzido, por um lado, pelo avanço das questões jurídicas relacionadas aos direitos humanos e justiça de transição, cujo objetivo principal é pacificar e reconciliar sociedades em conflito ou pós-conflito. Por outro lado, observa-se nos países que viveram conjunturas traumáticas marcadas pela violência do Estado, a efervescência de disputas de memória, políticas de “acerto de contas”, surgimentos de comissões da verdade, da justiça e/ou reconciliação, em sintonia com debates públicos sobre as interpretações dos acontecimentos, além de iniciativas governamentais de reparação das vítimas.

Outra categoria fundamental para a nossa pesquisa é o gênero, entendido como categorial relacional e construção histórico-cultural (SCOTT 1990), mas também como prática discursiva e performativa que conforma subjetividades no contexto das relações sociais, políticas e culturais (BUTLER, 2003). Esta importante ferramenta de pensamento para os estudos feministas emerge na mesma década de parte de nossos objetos de pesquisa, os anos de 1970, e, de acordo com Adriana Facina e Rachel Soihet (2004), foi nesse período que o termo gênero passou a ser utilizado para teorizar a questão da diferença sexual:

“Foi inicialmente usado pelas feministas americanas, sendo inúmeras as suas contribuições: a ênfase no caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização, a precisão emprestada à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder, o relevo conferido ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, ao fato de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado”. (FACINA e SOIHET, 2004)

A respeito do tema da memória, destacamos o trabalho de Paul Ricoeur (2007) acerca da narrativa como primeiro trabalho de lembrança, como prática que funda ao mesmo tempo uma memória e um esquecimento do passado. Para Ricoeur, todo trabalho de lembrança, e a sua efetivação através da narrativa, consiste em um rearranjo do passado para contá-lo a outrem, ou ainda para contá-lo do ponto de vista do outro, o que implica sempre pensar o tempo e o lugar de sua produção. Isto porque tal rearranjo não pode deixar de afetar a memória sem afetar também o projeto, os desejos, previsões e antecipações de quem rememora e/ou escreve. Assim, para descobrir a racionalidade específica de um texto ou depoimento deve-se compreender a trama de relações e intencionalidades que constituem essas falas e textos, a organização da narrativa como uma materialização de certos procedimentos e escolhas, arquivamentos de memórias coletivas e/ou individuais e de esquecimentos.

Por fim, vale enfatizar que o quadro de referências apresentado acima é apenas inicial e que estamos conscientes da necessidade de maior delimitação de nosso objeto, assim como da escolha de um conjunto apropriado de fontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta de pesquisa gira em torno de alguns argumentos centrais que podem ser sistematizados da seguinte maneira. Em primeiro lugar, julgamos necessário pensar a dimensão da apropriação contemporânea das estratégias de luta política que emergiram nas décadas de 1960 e 70, haja vista a centralidade atual de agentes ligados àquela conjuntura, assim como do uso de grande parte de seu vocabulário político a legitimar valores e práticas à esquerda e à direita.

Seguindo esse raciocínio, buscaremos demonstrar e compreender a formação de um “consenso democrático” construído durante o processo de transição, sustentado pela ideia de

reconciliação e de paz, que permitiu a impunidade dos agentes do Estado ligados a violações dos direitos humanos. Nesse capítulo da história, o episódio da Anistia de 1979 exerce papel fundamental. Ao mesmo tempo, a memória da violência de esquerda nomeada “subversiva” durante a ditadura, às margens do referido “consenso”, vem sendo operada a partir de novos discursos legitimadores de novas práticas repressivas em democracia. Nesse quadro, são efetivamente os movimentos identitários, especialmente os feministas, aqueles que vêm produzindo maior capacidade de ações de resistência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula. **A Utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; FICO, FERREIRA, ARAUJO & QUADRAT (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOZO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004.

CUESTA, Josefina. **La odisea de la memoria: historia de la memoria en España. SigloXX**. Madrid, Alianza, 2008, 496p.

DAHÁS, Nashla Dahás. “**As esquerdas radicais no Brasil e no Chile. Pensamento político, história e memória nos anos de 1960 e 70**”. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro-RJ, maio de 2015.

D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.) **A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 328p.

DUARTE, Ana Rita Fonteles (Org.) **As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira**. 1. ed. FORTALEZA: Expressão Gráfica, 2014. v. 1. 258p.

FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. “**Gênero e memória: algumas reflexões**”. Niterói, Vol 5, n.2, p.9-19, 2. Sem, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, 1996, p. 59.

FRANCO, Marina. **Reflexiones sobre la historiografía Argentina y la Historia reciente de los años ´70**. In: Nuevo Topo. N°1. 2005.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Libertação em Ideologia Liberalizante**. Tese de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Outubro de 1987.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Edufscar, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, c1990 Ver data da primeira publicação.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. Paper apresentado no Congresso de I Associação de Estudos Latino Americanos (Lasa), Dallas, mar-2003, pp. 27-9.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Escritos indignados: polícia, prisões e política no Estado autoritário**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REIS, Daniel Aarão. **‘Ditadura no Brasil entre memória e história’**. In: Rodrigo Patto Sá Motta (Org.). **Ditaduras militares. Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida a Mariana Joffily e Sergio Luis Schlatter, publicada em Tempo e Argumento, Revista do Programa de Pós Graduação em História da UDESC – Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, v.3, n.1, p.239-255; jan-jun de 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres. Ditaduras e memórias**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SARTI, Cynthia A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. Texto preparado para apresentação no XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Sarti.pdf>
Acesso em: 07 de fevereiro de 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, Jul/dez. 1990; Joana Maria Pedro. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, Vol. 24 nº 1. Franca: 2005; Linda Nicholson. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, vol 8, n. 2, Florianópolis, 2000. pp. 9-41.



SOUTELO, Luciana de Castro. “**A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas. Revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX**”. Tese de doutorado. Universidade do Porto, novembro de 2015.

TELES, Edson. **Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura**. (s-d) Acessível em

http://www.academia.edu/640382/Pol%C3%ADticas_do_sil%C3%A2ncio_a_mem%C3%B3ria_no_Brasil_p%C3%B3s-ditadura (Último acesso em janeiro de 2015).

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. “**Memórias dos cárceres da ditadura: testemunhos e lutas dos presos políticos no Brasil**”. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, abril de 2011.